

O FALIDO MODELO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA

Josimar da Silva Freitas
Vanessa Silva do Amaral
David Costa Correia Silva
Marcos Rodrigues

RESUMO

Este estudo tem por objetivo analisar os efeitos da intervenção governamental de duas décadas (1990 a 2010) na Reserva Extrativista do Alto Juruá, considerando o modelo implementado pelo Estado no gerenciamento das unidades de conservação na Amazônia. Para isto, a pesquisa de natureza qualitativa efetivou-se em quatorze das oitenta comunidades registradas, assim como método dialético confrontou os sistemas em sua essência a partir da realidade local, ao passo de compreender não somente a preservação ambiental, mas as condições de bem-estar das famílias. Os resultados demonstraram que o não cumprimento do Estado do ponto de vista de ações governamentais significou a expansão de retirada ilegal de madeira, aumento de pastagem para criação bovina, perda ecossistêmica dos recursos ambientais e poluição pelos gases lançados a atmosfera.

Palavras-chave: Reserva Extrativista do Alto Juruá; Intervenção governamental; Amazônia

Promote Protected Areas and Poverty Stimulus Aggression Nature in the Amazon Conservation Units

ABSTRACT

This study aims to analyze the effects of government intervention two decades (1990-2010) in the Reserva Extrativista do Alto Juruá, considering the model implemented by the state in the management of protected areas in the Amazon. For this, qualitative research was accomplished in fourteen of eighty registered communities and dialectical method confronted the systems in its essence from the local reality, while to understand not only environmental preservation, but the well conditions being of families. The results showed that non-state compliance with the point of view of government actions meant the expansion of illegal logging, grazing increase for cattle farming, ecosystem loss of environmental resources and pollution by gases released to the atmosphere.

Keywords: Reserva Extrativista do Alto Juruá; Government Intervention; Amazon

Introdução

O processo de criação de Unidades de Conservação (UC) no Brasil foi considerado a saída para muitos problemas de natureza socioambiental por se tornarem modelos de desenvolvimento econômico com equilíbrio ecossistêmico na visão de ambientalistas e do próprio Estado. Com a intervenção do Estado Nacional novos paradigmas se disseminaram com o propósito de reduzir os impactos causados pela ação do homem no ambiente, a exemplo do desflorestamento e organização territorial.

As reservas extrativistas¹ prometiam ser o modelo mais eficiente de UC do ponto de vista do conservacionismo e preservacionismo, sonho de seringueiros que lutaram pela preservação das florestas e o bem-estar de suas famílias. Feito positivo foi o fato de ter sido discutida pelo movimento de seringueiros da época do qual buscavam um tipo de reforma agrária diferente da que existia, mais de uma década de clamor e lutas, a categoria foi atendida com a criação da primeira Reserva Extrativista (decreto de lei 98.863 de 23 de janeiro em 1990) do Alto Juruá (REAJ).

Pela óptica da conservação, Jatoba; Cidade; Vargas (2009, p. 73) salientam, a experiência de gestão compartilhada e com alto grau de preservação da biodiversidade são as reservas extrativistas (RESEX) por apresentarem a limitação da fraca sustentabilidade econômica do extrativismo. Para Allegretti (2002, p. 29), a bandeira de Reservas Extrativistas representou uma redefinição de duas tradições teóricas que até então caminhavam paralelamente, e muitas vezes em conflito uma com a outra, tal como o desenvolvimento socioeconômico e a proteção do meio ambiente.

¹Reservas Extrativistas são áreas de domínio público, cuja ideia se apoia no extrativismo da borracha, castanha, madeira, caça, pesca, agricultura de subsistência, criação de animais de pequeno porte, bem como as atividades de políticas públicas gerenciadas pelo o Estado.

As reservas extrativistas ainda estão longe de alcançar efetivamente desenvolvimento e sustentabilidade, pois se comportam em desequilíbrio quando não apresentam resultados consistentes a curto, médio e em longo prazo. Allegretti (2008), uma das militantes das reservas extrativistas e pesquisadora da RESEX ao lado do líder sindical Chico Mendes, abre o debate afirmando que os moradores estão sem opção econômica e optam pela liquidez e bom preço do boi, certamente por faltar políticas públicas e dinheiro para as RESEX no curto prazo.

Homma (1989) adverte que a atividade extrativista vegetal não é um modelo de desenvolvimento viável para a Amazônia. Para Cavalcante (2002, p. 49), este modelo, é incapaz de incorporar progresso técnico de uma inadaptabilidade natural a um sistema de alta escala de produção ou com impossibilidade de gerar uma rentabilidade média compatível com os padrões estabelecidos na região.

Do ponto de vista social, a atenção a estes povos deveriam romper as fronteiras da pobreza instaladas nesses ambientes, sobretudo pelo alto valor que seus precursores pagaram com suas vidas. Pela ótica socioambiental, os povos tradicionais perpetuam miséria e são estimulados desflorestar e queimar hectares de floresta para garantir sustento de suas famílias.

A Reserva Extrativista do Alto Juruá (REAJ)², a partir do Plano de Utilização constrói parcerias com o órgão gestor ambiental Federal na perspectiva de comungar a mesma ideia, a de conservação ambiental e desenvolvimento socioeconômico, teoria formulada e inscrita no plano, porém, as famílias tornaram-se verdadeiras reféns do Estado por não alcançarem o mínimo de bem-estar. Filosofia semelhante é abordada por Morsello & Brito (1999, p. 15-17), a atuação dos governos como acontece no Brasil, tem promovido a criação de unidades de conservação, mas não se pode dizer o mesmo em relação ao gerenciamento, por serem caracterizadas como ficções jurídicas, que em muito pouco representam os anseios melhoria de padrão de vida e autonomia econômica da população que habita a REAJ. Nesse sentido, os desafios que se inscrevem na Reserva

²Primeira unidade de conservação estabelecida legalmente pela organização de seringueiros (Decreto 98.863, de 23 de janeiro de 1990).

Extrativista do Alto Juruá são comprometidos por fenômenos vinculados aos efeitos das intervenções governamentais ao passo de se relacionar vulneravelmente em detrimento as fracas relações entre Estado e comunitários.

A rigor, o objetivo deste trabalho foi avaliar os resultados das intervenções públicas de duas décadas na Reserva Extrativista do Alto Juruá no período de 1990 a 2010, considerando o modelo implementado pelo Estado no gerenciamento das unidades de conservação na Amazônia. E para analisar os pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades foi utilizada a ferramenta de SWOT e, pela óptica de conservação e/ou desflorestamento, a base de dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE/PRODES.

Materiais e Métodos

Área de Estudo

A Reserva Extrativista do Alto Juruá (REAJ), localizada no município de Marechal Thaumaturgo, no estado do Acre, se estende por uma área de 506.186 hectares no extremo oeste do Estado do Acre e faz divisa com o Peru e tribos indígenas, a saber: Ashaninka do rio Amônia, Ashaninka-Kaxinawá do rio Breu, Jaminawa-Arara do rio Bagé e Apolima-Arara do rio Amônia (figura 1).

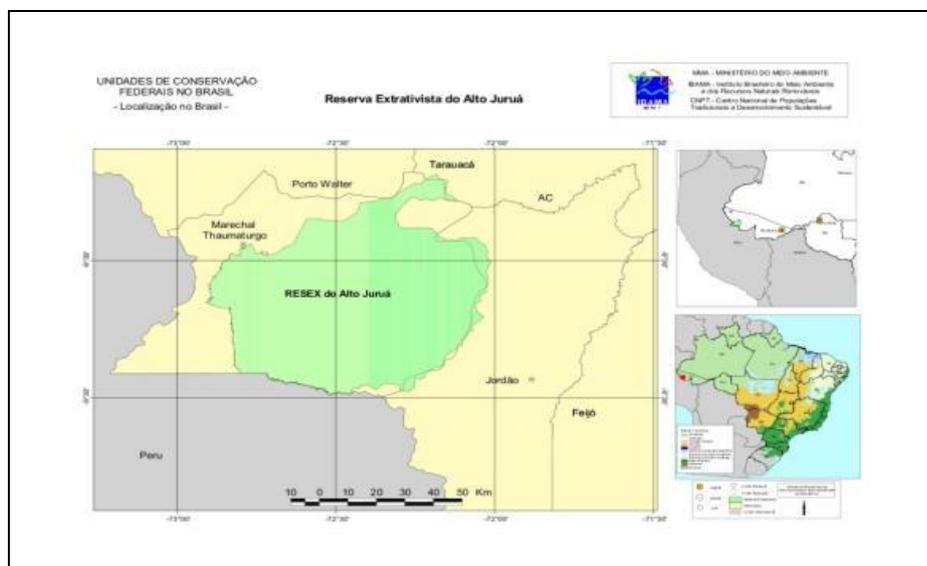


Figura 1: Localização da Reserva Extrativista do Alto Juruá
Fonte: CNPT/IBAMA

No polígono da REAJ moram aproximadamente 6000 pessoas, dentre elas 2300 crianças de 5 a 15 ano, significando densidades em torno de 1 habitante por quilômetro quadrado (IBGE, 2010). Em sua maioria, são famílias que há mais de 20 anos ocupam colocações nos seringais as margens dos principais rios que contemplam a Reserva, quais sejam: Juruá, Tejo, Amônia, Breu e Manteiga.

Métodos e técnicas

Este estudo coletou informações na base de dados do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBIO) e Associação de Seringueiros da Reserva Extrativista do Alto Juruá (ASAREAJ). Por meio de entrevistas em áudio e aplicação de questionários/formulários se realizou conversas com chefes de famílias e gestores públicos do ICMBIO concernente aos dados primários.

Nas duas instituições supracitadas foi possível conhecer e adquirir teoricamente informações a respeito da RESEX por meio de mapas, arquivos, conversas informais, manuais e livros publicados tratando de questões antropológicas e de biodiversidade antes de entrar em campo. A aplicação de sessenta e quatro (64) formulários em quatorze (14) das oitenta (80) representou 18,7% do total de comunidades trabalhadas.

As categorias de análise e subcategorias neste estudo se ancoraram no gruposocial (migração, escolha de modelos, ações do ICMBIO, transporte, falta de assistência técnica, ações que prejudicam os moradores, organização, condições de uso, visitas do ICMBIO e doenças tropicais); cultural (escolaridade e avaliação da educação); econômico (moradia; crédito e/ou programa social, produção, faturamento da produção e perfil da saúde); ambiental (poluição dos rios, queimadas, retirada ilegal de madeira, manejo madeireiro, desaparecimento de caça e redução de peixes)

A metodologia de natureza qualitativa tornou a amostra representativa, uma vez que indicou alternativas amenizadoras dos conflitos socioambientais entre comunitários da REAJ e gestores do ICMBIO. A valorização da interação no momento de coleta significou, por sua vez, a construção de novos conceitos e paradigmas com base na consistência dos resultados.

Por fim, a análise descritiva se pautou na matriz de *SWOT* para melhor explicar o grupo econômico, social, ambiental e cultural. Este método consistiu em cruzar os cenários da REAJ ao passo de confirmar quais objetivos emergenciais e estratégicos seriam significativos para reduzir riscos.

Resultados e Discussão

Grupo 1- Realidade social da REAJ

A Reserva Extrativista do Alto Juruá, na década de 1990, vivenciou diversos momentos em sua constituição histórica, a exemplo do projeto de couro vegetal, o de saúde sem limites, as casas de aviamento, os engenhos, as peladeiras, os armazéns e doações de barcos, estes, em conjunto significaram parceria da Fundação Marcapasso e PPG-7. Tais benefícios constituíram oportunidades de desenvolvimento socioeconômico em várias comunidades apenas na primeira década, posteriormente muitos problemas agravaram a vida dos moradores (Antônio de Paula, 84, ex-presidente da REAJ e atual integrante da AMAJ, 2011).

Apesar disso, o processo migratório que mobilizou este espaço territorial a partir de sua criação simbolizou crescimento desordenado populacional quando analisado pelo viés de políticas públicas, pois a RESEX contava com 700 famílias cadastradas em sua fundação (7,3 km² para cada família). Duas décadas seguintes, mais que dobrou, porque os programas e projetos não conseguiam contemplar as 1.532 (3,3 km² para cada família) famílias existentes nesta unidade de conservação, razão de desflorestamento e perda de recursos ambientais além do permitido pelo plano de uso.

Do ponto de vista das ações do órgão gestor da Reserva Extrativista do Alto Juruá, o ICMBIO (Legalmente instituído pelo Estado) não proporcionou condições mínimas que viabilizasse qualidade de vida aos residentes das comunidades da Reserva, a exemplo da preservação ambiental que se caracterizou muito fraca. Somando-se a isso, a seguir o Gráfico 1 noticia as ações desenvolvidas pelo órgão e o grau de satisfação em relação ao transporte e assistência técnica das comunidades.

Observa-se do lado superior direito a legenda correspondente ao transporte com cores azul e verde (barras verticais dos polígonos à direita) as famílias que possuem ou não transporte, bem como o nível de assistência técnica ofertada pelo ente institucional. Nessa discussão, as ações do ICMBIO desenvolvidas por suas políticas governamentais nos polígonos do centro e da esquerda, evidentemente representam doações de barcos em apenas duas comunidades. Dessa forma, as comunidades arroladas neste histograma tornam-se a base de análise para os três sistemas primários.

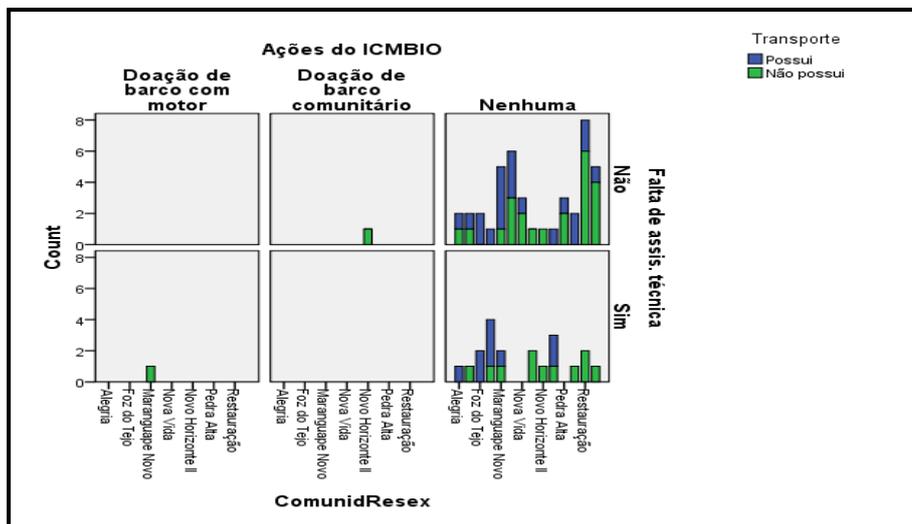


Gráfico 1: Ações do Icmbio
 Fonte: Elaboração dos autores

E ainda, os ínfimos projetos vindos da instituição gestora são identificados por doação de barco com motor e doação de barco comunitário, sendo o primeiro na comunidade Maranguape Velho e o segundo na Novo Horizonte II, estes significam

casos isolados sobre a existência dessas doações. Por outro lado, a ausência e poucos benefícios provocaram efeitos negativos na cadeia de valores, pois o nível de insatisfação fez com que a maioria dos entrevistados se manifestassem contra as ações implementadas pela instituição gestora.

É importante destacar que alguns problemas de transporte e falta de assistência técnica precisam ser resolvidos na percepção dos moradores. Assim, o primeiro relata que pouco foi feito para amenizar o problema de escoamento da produção agrícola, ou seja, quase 50% dos entrevistados afirmaram que não possuem quaisquer meio de transporte, e aproximadamente 40% dependem de barcos comunitários e/ou são proprietários de canoas motorizada.

O segundo, diz respeito à falta de assistência técnica, outra situação problema que os moradores reclamam, isto é, o Estado precisa subsidiar a produção agrícola também por meio de apoio técnico valorizando o setor primário. Vale ressaltar que as duas variáveis estão linearmente interligadas quando classificadas em sua essência, haja vista que o transporte para escoamento de produtos agrícolas e/ou a falta de assistência técnica compromete a produção a curto, médio e longo prazo. Por essas razões, afirma-se que os dois elementos tornam-se fracos quando vistos no presente, e ameaçados numa projeção futura.

Por meio das informações deste grupo os moradores das comunidades pesquisadas na Reserva Extrativista do Alto Juruá passam por diversas situações problema, a exemplo de pouco acesso aos créditos, aos programas sociais, as ações gerenciais, a falta de transporte para escoamento da produção, as ínfimas condições de uso da unidade, ausência de gerenciamento, inexistência de organização comunitária. E ainda, os desafios que se pautam da necessidade de investimentos em estrutura física, humana, financeira e medidas preventivas. Estes, em seu conjunto, indicam a falência do modelo REAJ do ponto de vista socioambiental.

Grupo 2 – Perfil cultural da REAJ nos informes dos comunitários

Educação de qualidade é o principal meio capaz de transformar realidades sociais, econômicas, culturais, ambientais e políticas, principalmente quando se considera as diversidades regionais e as experiências desenvolvimentistas. Nesse sentido, a Reserva Extrativista do Alto Juruá insere-se legalmente no âmbito municipal de Marechal Thaumaturgo e, na vertente educacional, conforme o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB, 2009), a educação pública estadual alcançou média de 4,1 e a municipal de 3,1. Antagonicamente a média do IDEB, a REAJ é vista sob a fiel informação de seus moradores no Gráfico 2, identificada no cenário a seguir.

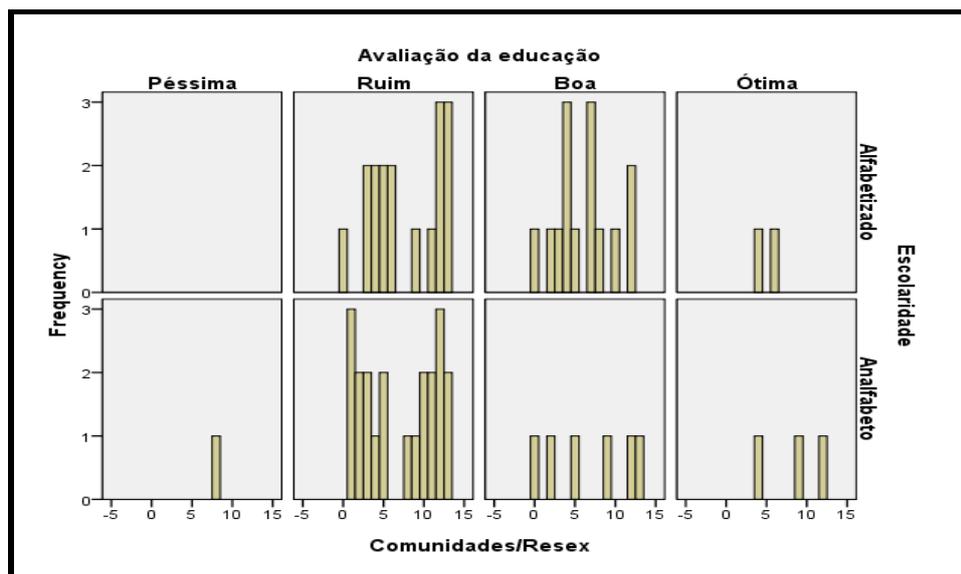


Gráfico 2: Avaliação da educação consoante aos moradores das comunidades
 Fonte: Elaboração dos autores

Essa estrutura gráfica é composta por barras verticais, da qual indicam escala numérica de 0 a 3 (Divididas por classificação) e o número de comunidades que participaram deste estudo, cuja interpretação é motivada pelo viés da escolaridade e avaliação da educação, ambas construídas na percepção dos entrevistados. Então, observa-se na variável escolaridade a divisão proporcional de alfabetizados e analfabetos em algumas comunidades, nas demais os dados identificados foram desproporcionais, chegando-se a conclusão geral de igual e/ou aproximado de 55% para o número de alfabetizados e de 45% para analfabetos.

Por outro ângulo, as características: péssima, ruim, boa e ótima foram apresentadas aos moradores entrevistados para perceber o nível educacional da REAJ por meio de suas experiências vivenciadas. A constatação na ordem descendente foi a seguinte: ruim foi notável em treze das quatorze comunidades em número extremamente lamentável; boa insere-se em onze comunidades, porém sem expressividade percentual; ótima, em quatro, indicando os casos isolados; e péssima, expressada em apenas uma comunidade significando pouca relevância.

A ideia de modificar o perfil de um sistema educacional fraco para oportuno revelaria a necessidade de formulação de uma política pública educacional consistente ao se embasar na parceria entre os três entes Federativos (União, Estado e Município). Este tripé demanda valorização dos profissionais da área, reforma e construção de novas escolas, subsídio de fardamento escolar aos alunos, material escolar e transporte para o deslocamento (casa/escola) dos educandos, entre outros.

De maneira geral, a Reserva está contida no município de Marechal Thaumaturgo e o sistema público de ensino inscreve-se neste polígono. Todavia, os dados indicados do município pelo IDEB não condiz com a realidade real da educação na REAJ, ao passo de necessitar de implementação de novos programas e investimentos dos quais sistematize novas perspectivas para esse grupo. Mais ainda, os fracos resultados educacionais caracterizam este sistema ameaçado por políticas públicas clientelistas, o que deixa muitas famílias reféns do Estado e/ou obedientes por falta de alternativas.

Grupo 3 – Base econômica da REAJ na percepção de seus moradores

Hoje, apesar da importância do extrativismo para Amazônia, os seringais e as comunidades da REAJ se desenvolvem por meio da agricultura de subsistência e

venda do excedente, pois a cultura do seringueiro estacionou por tempo indeterminado. Ademais, os compromissos do Estado com a Reserva após duas décadas lamentavelmente não foi de sucesso, porque apenas o crédito moradia teve destaque na maioria das comunidades e, notavelmente com algumas restrições por não contemplar todas as famílias. Esta informação é declarada na voz de J. Rodrigues, 66, gestor/INCRA/2011: não foram beneficiados os moradores que chegaram depois e não participaram dos cadastros e/ou havia pendências de algumas documentações.

Por outro viés, isso é irrelevante quando se observa a quantidade de famílias que afirmam não terem participado de nenhum crédito e/ou programa social advindos do Estado por meio da REAJ nesses vinte anos analisados. Nesta perspectiva temporal, o comportamento em termos qualitativos e de políticas públicas foi compreendido como fraco por não efetivar o mínimo de necessidades aclamadas pela diversidade cultural dos povos tradicionais cadastrados na Reserva.

O setor primário da Reserva não pode ser entendido somente do ponto de vista do extrativismo, a exemplo da caça, pesca, agricultura, produção de artesanatos oriundos dos recursos naturais e a criação de animais, porquanto, são os compromissos trabalhistas mais comuns das famílias. Por outro lado, os tímidos investimentos no setor produtivo abrem brecha para a expansão bovina local, tornando-os a produção agrícola um sistema extremamente vulnerável quando visto em sua essência no Gráfico 3.

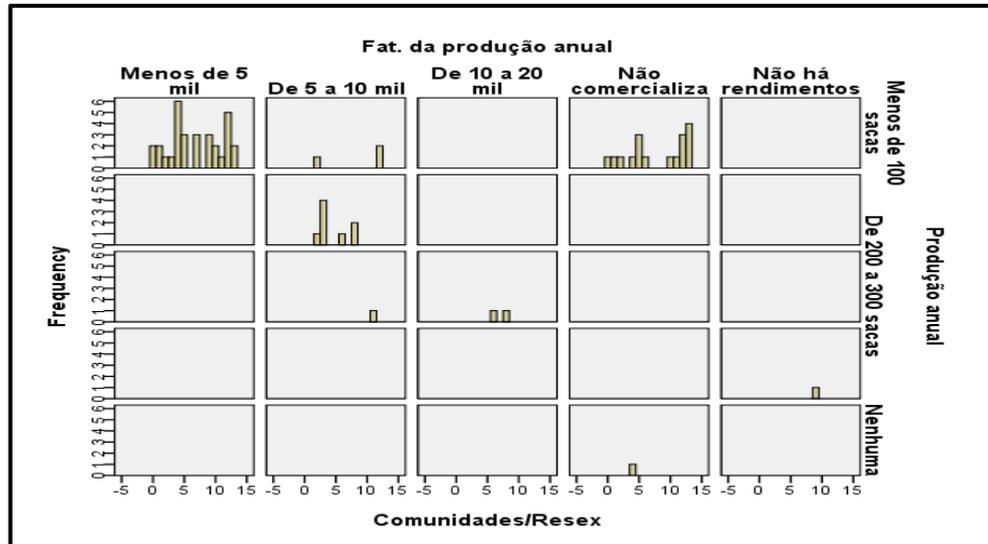


Gráfico 3: Produção e seu faturamento em salários mensal
 Fonte: Elaboração dos autores

Neste cenário, tanto a produção agrícola quanto o faturamento financeiro deste sistema estão inseridos nos polígonos em linhas horizontais e verticais para informar o setor primário agrícola das comunidades. Assim, o número de sacas produzidas durante o ano em linhas horizontais (produção) resultam valores em barras verticais (faturamento da produção) ancoradas no compromisso do Estado implementar políticas públicas para todas as comunidades.

Certamente a produção anual da REAJ ficou dividida na seguinte ordem: a maioria dos entrevistados confirmou que a produção não passou de 100 sacas durante o ano e o faturamento não alcançou cinco mil reais no mesmo período e, por sua vez, um número bem menor de pessoas pontuaram que sua produção é somente para subsistência, bem como um grupo específico de famílias declararam não possuir rendimento.

Dessa forma, todos se enquadram numa média mensal entre meio e menos de um salário mínimo ao mês; o médio - grupo dos que produzem de 100 a 200 sacas se restringiu ao faturamento anual de cinco a 10 mil reais, isto é, a média mensal é de um a menos de dois salários ao mês; o pequeno - grupo dos que

produzem de 200 a 300 sacas durante o ano, se enquadrando no faturamento de 10 a 20 mil reais, confirmando ganho mensal de dois e/ou mais salários.

Entendendo os propósitos extrativistas de criação das RESEX, a importância de sofisticar o sistema produtivo da Reserva Extrativista do Alto Juruá torna-se necessidade inelutável, visto que a maioria destes povos exercem função de produtores rurais para subsistência e/ou comercialização. Não significa retirar o mérito original de unidade de conservação de uso sustentável, mas estabelecer efeito sustentável na cadeia produtiva, já que as experiências indicam que a REAJ neste setor é fraca e precisa urgentemente desenvolver alternativas estratégicas.

Enfim, os créditos e programas governamentais estiveram muito distantes das metas estabelecidas, inclusive das necessidades das famílias. O crédito moradia foi fato consumado, mas não significa dizer eficiente, pois as simples casas madeiras de 48m² construídas não possuem banheiros e, também, algumas malocas com cobertura de palhas foram localizadas em vários pontos da REAJ. Somando-se a isso, o sistema produtivo clama por socorro imediato pela ausência de políticas públicas para o setor primário, desencadeando, a rigor, um conjunto de externalidades negativas das quais proporciona expansão de pastagens para criação bovina.

Grupo 4 – Panorama ambiental na percepção das famílias da REAJ

A preocupação com a questão ambiental foi um dos principais motivos da criação das RESEX, pois o Estado oportunamente pegou carona e atendeu a reivindicação dos movimentos organizados de seringueiros e estrategicamente normatizou leis e decretos com fins específicos para as Reservas Extrativistas.

Apesar disso, na Reserva Extrativista do Alto Juruá, algumas questões precisam ser compreendidas do ponto de vista de desapropriação, elemento de causa de conflito até hoje. Com efeito, a arrogância e prepotência do Estado se tornou grande gargalo para reconhecer em cartório as escrituras e validar os documentos das áreas dos seringais (J. Figueiredo, 51, ICMBIO, 2011).

Outra grave situação foi a perda da sustentabilidade biológica e ecológica na REAJ, uma vez que comprometeu os ativos naturais disponíveis. E ainda, a apresentação desses problemas classifica a Reserva ameaçada no contexto de saúde pública local, regional e global, tanto para as gerações atuais quanto para as futuras, certamente pelos efeitos de poluição provocada. Ora, os problemas ambientais advindos da pressão humana em sua maioria são provenientes da falta de controle do Estado e, por conseguinte, seu reflexo implicou em ações pautadas na sobrevivência.

Na fala de José Domingos, 55, Presidente/REAJ (2011), a maioria das atitudes ilegais é por necessidade de se alimentar, comprar vestimentas, material escolar, combustível e munição, ou melhor, para suprir necessidades básicas. Nesse contexto, algumas situações ambientais são observadas pelos moradores no Gráfico 4 a seguir.

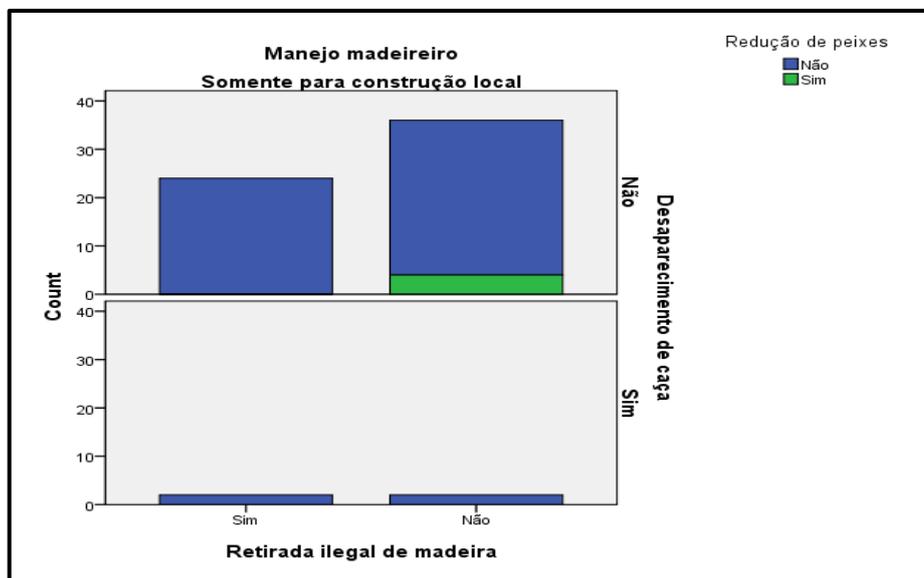


Gráfico 4: Situações que prejudicam os moradores
 Fonte: Elaboração dos autores

Observa-se forte preocupação com a retirada ilegal de madeira, desaparecimento de caça, redução de peixes e ausência de manejo madeireiro. Nesse sentido, a primeira foi a que apresentou maior número de reclamações, uma

vez que a média igual ou aproximada de 50% dos entrevistados indicaram haver ilegalidade na retirada de madeira, enquanto os 50% restante não opinaram. As duas seguintes variáveis aparecem igualadas em termos percentuais, por sua vez, significando média igual ou aproximada de 15% de denúncias, contra os 85% que não enunciaram problemas dessa ordem. No entanto, todos afirmaram que não existe qualquer tipo de manejo madeireiro, salvo os casos descritos no plano de uso, apenas para construção local.

Afirma-se, ainda, que a ausência de um plano de manejo madeireiro colabora para as atitudes ilegais de moradores locais e regionais, providenciando a expulsão ou morte de animais abrigados na estrutura das árvores, a redução das espécies ameaças de extinção, e diminuição de peixes e animais silvestres. Tais anomalias resultarem numa ameaça imensurável para o conjunto de fatores atrelados a biodiversidade e ao ser humano.

Portanto, as situações ambientais elencadas pelos moradores tanto corroboram para a necessidade de fiscalização e acompanhamento do ICMBIO quanto para as políticas setoriais em longo prazo. Esse feito traria a redução dos conflitos socioambientais, cujas externalidades negativas afetam o clima, o solo, a água e as condições de bem estar ao ser humano. Conforme comprovado, os dias da REAJ passam a entrar em contagem regressiva, predominando políticas descompromissadas com os sistemas do qual compõe este grupo.

Conclusões

O objetivo deste trabalho foi analisar os efeitos da intervenção governamental entre as décadas de 1990 a 2010 na RESEX do Alto Juruá, considerando o modelo organizado pelo Estado no gerenciamento das unidades de conservação na Amazônia. Os resultados mostraram que o Estado não tem realizado ações para garantir a seguridade social e econômica da população da REAJ, o que tem impellido aos moradores a abandonarem as propostas de preservação ambiental, sobretudo,

com a retirada ilegal de madeira e aumento da pastagem para criação bovina, o que invariavelmente leva a perda de biodiversidade.

O estresse dos comunitários diz respeito a qualidade de vida, efetivamente pouco foi feito para reduzir a fome (Pouco investimento no setor primário), as doenças (Programas de assistência familiar e médicos não foram identificados), os problemas na educação (Pouca estrutura física e humana), o saneamento básico (Nenhum sistema de poço artesiano e fossa séptica), entre outros.

Por conseguinte, a segunda razão reside de fato no objetivo estratégico do Estado Nacional, a preservação ambiental, ao afirmar que todo o esforço visou garantir financiamento de organismos internacionais, pactuando, portanto, a permanência da floresta tropical preservada. De natureza teórica, muitos consideram os povos tradicionais como verdadeiros guardiões das florestas, porém os recursos ambientais se mostram mais valiosos que estes povos pela pobreza, desrespeito e falta de políticas públicas das quais origine o mínimo de qualidade de vida.

Como demonstraram os resultados, este modelo de unidade de conservação de usos sustentável não atende aos requisitos práticos constatados e discutidos durante a pesquisa de campo, quando avaliados a luz do grupo econômico, social, cultural e ambiental, pertinentemente e discutidos nos resultados. As pressões humanas não foram capazes de reduzir os impactos socioambientais, bem como alcançar a dicotomia de preservação ambiental e desenvolvimento social, isto em razão do (in) gerenciamento das políticas públicas.

Este estudo se limitou analisar os efeitos da intervenção governamental na Reserva Extrativista do Alto Juruá e, para tanto, o debate se concentrou com mais vigor nas unidades de conservação e políticas públicas. O modelo implantado não considerou a política de boa vizinha e/ou programas alternativos para a categoria de povos tradicionais. Apesar disso, os orçamentos foram incompatíveis com o mínimo de necessidades de cada família, o que acabou comprometendo o conjunto de normas descritas no plano de uso das Unidades de Conservação (UC) pelos os efeitos provocados.

Esta unidade de conservação é denominada de uso sustentável, entretanto, onde se encontra essa sustentabilidade? Notavelmente o contraponto é pertinente entre teoria e prática caminhando em direções opostas. Os discursos pelo Estado não revelam as mazelas socioambientais, a promoção pobreza e estímulo à agressão a natureza nas unidades de conservação da Amazônia. Recomenda-se expansão deste estudo, haja vista que o número de estudos não satisfaz as demandas sociais. Por esse motivo, novos estudos serão desenvolvidos na Resex Rio Cajari e Resex Rio Ouro Preto.

Referências

ALLEGRETTI, M. H. 2005. **A construção social de políticas ambientais** – Chico Mendes e o Movimento de Seringueiros. UnB-CDS, Brasília, 872p, p. 29.

ALLEGRETTI, M. H. **Reservas extrativistas no foco da crítica - Jornal econômico**. Disponível em <<http://www.valoronline.com.br/>>. Acesso em 12 d agosto de 2008.

BRITO, M. C. W. **Unidades de Conservação: intenções e resultados**. In: ciência ambiental – Primeiros Mestrados. Programa de pós-graduação da USP. São Paulo, 1998, p. 11.

DRUMMOND, J. A. 1988. **A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista simpático ao conservacionismo**. Ambiente e Sociedade, Campinas, n. 3 e 4, p. 149.

HOMMA, A. K. 1989. **Reservas Extrativistas: uma opção de desenvolvimento viável para a Amazônia?** Pará desenvolvimento, Belém, n. 25.

IDEB – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA. 2009. **Ministério da Educação e Cultura: resultados e metas do IDEB**. Disponível em: <<http://www.portalideb.inep.gov.br/>>. Acesso em 20 de dezembro de 2011.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados demográficos da Reserva Extrativista do Alto Juruá – REAJ**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 30 de agosto de 2011.

JATOBÁ, S. U., CIDADE, F. C., VARGAS, M. G. 2009. **Ecologismo, ambientalismo e ecologia política**: diferentes visões da sustentabilidade e do território. Sociedade e Estado. Brasília, v. 24, n.1, p.73.

LIMA, M. J. 1992. **Reservas Extrativistas** - elementos para uma crítica. São Paulo em perspectiva, n. 6 - jan./jun., p. 173.

MORSELLO, C. **Unidades de conservação públicas e privadas: seleção e manejo no Brasil e Pantanal Mato-Grossense**. Programa de pós-graduação da USP. São Paulo: Annablume, 1999 p. 15-17.

Entrevistados

Antônio de Paula, 84, **ex-presidente da REAJ e atual coordenador da AMAJ**: entrevista - [Fevereiro de 2011]. Entrevistador: Josimar da Silva Freitas. Cruzeiro do Sul-AC, 2011. Gravação digital, 29 min. e 20 seg., estéreo. Entrevista concedida para elaboração da dissertação de mestrado do entrevistador.

José Domingos, 55, **presidente da Reserva Extrativista do Alto Juruá/REAJ**: entrevista - [Fevereiro de 2011]. Entrevistador: Josimar da Silva Freitas. Marechal Thaumaturgo-AC, 2011. Gravação digital, 27 min. e 3 seg., estéreo. Entrevista concedida para elaboração da dissertação de mestrado do entrevistador.

José Figueiredo, 51, **técnico do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBIO)**: entrevista - [Fevereiro de 2011]. Entrevistador: Josimar da Silva Freitas. Cruzeiro do Sul-AC, 2011. Gravação digital, 41 min. e 19 seg., estéreo. Entrevista concedida para elaboração da dissertação de mestrado do entrevistador.

José Rodrigues, 66, **gestor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)**: entrevista - [Fevereiro de 2011]. Entrevistador: Josimar da Silva Freitas. Cruzeiro do Sul-AC, 2011. Gravação digital, 17 min. e 42 seg., estéreo. Entrevista concedida para elaboração da dissertação de mestrado do entrevistador.